

Educação e interdisciplinaridade:

Teoria e prática



Educação e interdisciplinaridade:

Teoria e prática



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Correção: Flávia Roberta Barão

Indexação: Gabriel Motomu Teshima

Revisão: Os autores

Organizadoras: Anaisa Alves de Moura

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática / Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-480-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.808210809>

1. Educação. 2. Interdisciplinaridade. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora). II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

PREFÁCIO

Esta é uma obra que, por certo, contribuirá no cotidiano educacional dos professores, e trará a consciência a realidade das diversas modalidades de ensino que permeiam o itinerário de formação de professor, e das fragilidades da experiência tradicional. Portanto, nesta obra você, leitor, vislumbrará estratégias didáticas, críticas, experiências e propositivas que indicam caminhos diversos no campo educacional. É uma obra ousada em saberes profissionais, saberes científicos e saberes pessoais.

É possível entender o ensino-aprendizagem de maneira interdisciplinar? É possível realizar projetos que envolvam a escola, a instituição como um todo? Que limites podem ser explorados a partir das experiências que você vislumbrará nesta obra? Estes são alguns dos questionamentos que os pesquisadores construtores desse material tentarão impactar, com reflexões do cotidiano de cada leitor, de forma simples, visualizando os diversos olhares sem perder os detalhes que os singularizam e espelham em suas vivências profissionais.

É necessário se afastar de modelos tradicionais que privilegiem exclusivamente o modelo disciplinar, como as abstrações teóricas que se afastam da realidade dos alunos, ou seja, é preciso uma proposta de caráter mais pragmático, mas não apenas isso. A teoria científica deve ser vinculada ao contexto de aplicação e vice-versa, promovendo a autonomia dos estudantes e a visão crítica que vem da reflexão sobre a prática.

Sabemos das dificuldades que as tarefas cotidianas impõem ao trabalho docente; entretanto, indicamos que o processo de mudança começa com um primeiro passo, com o convencimento para o fazer interdisciplinar, com o compartilhamento das atribuições e dos saberes. Alguns erros serão cometidos, mas o mais importante depois desse primeiro passo é a direção que a sua prática pedagógica poderá tomar; a formação mais crítica e humana que você poderá proporcionar a seus estudantes; a sua satisfação em corresponder aos anseios de sua profissão.

Como dizem Freire (1996) e Fals Borda (2008), é impossível ensinar ou aprender sem a coragem de ter sentimentos e de agir em função da transformação do mundo e dos homens. Sentir e agir são tão importantes quanto o pensar, e não trazem a este uma “acientificidade” ou uma “pieguice”, que alguns professores possuem bastante receio de ter. Para os autores, os sentimentos, as emoções, os desejos, os medos, as dúvidas, a paixão e outros são componentes essenciais para a aprendizagem, não apenas a razão crítica – “conhecemos com o corpo inteiro”.

Falamos um pouco do que você encontrará nesta obra **“EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE: TEORIA E PRÁTICA”**, como ensinamento, aprendizagem, interdisciplinaridade, impactos e muitas reflexões, portanto, agora é o momento de você aprofundar mais o seu conhecimento vislumbrando os vários contextos educacionais que esta obra lhe proporcionará.

Uma excelente leitura a todos (as)!

Às organizadoras!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	13
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO ENTRE OS DOCENTES DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO	
Adriana Pinto Martins Evaneide Dourado Martins Márvilla Pinto Martins Francisca Neide Camelo Martins Lara Martins Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108092	
CAPÍTULO 2	26
RELAÇÃO ENTRE PERCENTUAIS DE REPROVAÇÕES E UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA	
Rômulo Carlos de Aguiar Ildiana de Azevedo Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108093	
CAPÍTULO 3	41
EDUCAÇÃO SEXUAL: ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JACYRA PIMENTEL GOMES	
Pamela Lima Nogueira Ximenes Maria da Paz Arruda Aragão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108094	
CAPÍTULO 4	50
EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA PESSOAS COM AUTISMO: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE O BIOLÓGICO E O SOCIAL	
Marcelo Franco e Souza Roberto Kennedy Gomes Franco Maria Aparecida de Paulo Gomes Sílvia de Sousa Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108095	
CAPÍTULO 5	63
SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE: EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE APOIO PSICOLÓGICO AO ESTUDANTE DO UNINTA (NAPSI)	
Jeciane Lima da Silva Marcelo Franco e Souza Denise da Silva Araújo Maria Edileuda Liberato Portella Germana Albuquerque Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108096	

CAPÍTULO 6..... 76

TRABALHO E PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS POLICIAIS MILITARES EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL (CE)

Flávio Pimentel Cavalcante

Anderson Duarte Barboza

Heloísa Carneiro de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108097>

CAPÍTULO 7..... 88

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Evaneide Dourado Martins

Bruna Dourado Martins

Adriana Pinto Martins

Sabrina Barros de Sousa

Cleyton Gomes Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108098>

CAPÍTULO 8..... 102

A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE E O SOFRIMENTO MATERNO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PERINATAL

Germana Albuquerque Torres

Ana Ramyres Andrade de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8082108099>

CAPÍTULO 9..... 116

OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E A INSTITUIÇÃO ESCOLA

Amanda Kelly Viana Cezário

Cellyneude de Souza Fernandes

Geórgia Bezerra Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080910>

CAPÍTULO 10..... 129

A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA A DISTÂNCIA

Juliana Magalhães Linhares

Luciane Azevedo Chaves

Michelle Ferreira Maia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080911>

CAPÍTULO 11..... 142

APRENDIZAGEM BASEADA EM EQUIPES: IMPLICAÇÕES NA DISCIPLINA DE ENFERMAGEM EM CLÍNICA I POR MEIO DO ENSINO REMOTO SÍNCRONO

Keila Maria Carvalho Martins

Hermínia Maria Sousa da Ponte

Perpétua Alexandra Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080912>

CAPÍTULO 12..... 152

UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS NA DISCIPLINA DE FISIOLOGIA HUMANA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Vanessa Mesquita Ramos
Adílio Moreira de Moraes
Berla Moreira de Moraes
Betânea Moreira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080913>

CAPÍTULO 13..... 164

A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Marina da Silva Belarmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080914>

CAPÍTULO 14..... 177

“MEU QUINTAL É MAIOR QUE O MUNDO”: QUESTÕES INVESTIGATIVAS E EVIDENCIADAS PELAS CRIANÇAS NOS ESPAÇOS E TEMPOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Mendes Cabral
Ludmila Lessa Lorenzoni Vaccari
Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080915>

CAPÍTULO 15..... 192

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Márvilla Pinto Martins
Francisca Irvna Mesquita Cisne
Dayse Rodrigues Ponte Gomes
Carolina Costa Parente
Iara Sílvia Aguiar Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080916>

CAPÍTULO 16..... 202

O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DE COVID-19 NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DO ENSINO MÉDIO

Francinalda Machado Stascxak
Limária Araújo Mouta
Maria Aparecida Alves da Costa
Maria Julieta Fai Serpa e Sales
Roberta Kelly Santos Maia Pontes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080917>

CAPÍTULO 17.....213

PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: DIÁLOGOS E AFETAÇÕES COM ADOLESCENTES ESCOLARES

Viviane Oliveira Mendes Cavalcante
Kássia Valéria de Sousa Duarte
Ana Hirley Rodrigues Magalhães
Francisco Freitas Gurgel Júnior
Ana Suelen Pedroza Cavalcante
Rejanio Aguiar Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080918>

CAPÍTULO 18.....222

O DESAFIO DO ENSINO REMOTO E A SUA RELAÇÃO COM A INTERDISCIPLINARIDADE

Tatiana de Medeiros Santos
Ascenilma Alencar Cardoso Marinho
Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Francineide Rodrigues Passos Rocha
Fabiana de Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080919>

CAPÍTULO 19.....237

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS À DOCÊNCIA

Wagner da Silva Santos
Giovanna Barroca de Moura
Ércules Laurentino Diniz
Carlos da Silva Cirino
Amanda Berto Ribeiro de Oliveira
Ilani Marques Souto Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080920>

CAPÍTULO 20.....252

A PEDAGOGIA DO CORPO COMO CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Michele Christiane Alves de Brito
Giovanna Barroca de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080921>

CAPÍTULO 21.....266

ÉTICA APLICADA A GESTÃO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DOS FATORES CULTURAIS

Filipe Leão Ferro
Samylle Barbosa Veras Ferro
Luciana de Moura Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080922>

CAPÍTULO 22	279
PROJETO DE EXTENSÃO CONHECENDO O CORPO HUMANO: O USO DE <i>SOFTWARES</i> PARA O ENSINO <i>ONLINE</i> DE ANATOMIA HUMANA	
Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras Raiara Bezerra da Silva Francisco José da Silva José Otacílio Silveira Neto Milena Araújo Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080923	
CAPÍTULO 23	293
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL ALEXANDRINO MOUSINHO (GUADALUPE-PI): SABERES, ESCOLHAS E DESAFIOS	
Alessandra Silva Noleto Célia Camelo de Sousa Charmênia Freitas de Sátiro Edmilsa Santana Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080924	
CAPÍTULO 24	306
GESTÃO ESCOLAR E AS COMPETIÇÕES EXTERNAS: OLIMPÍADA INTERNACIONAL DE MATEMÁTICA (IMO)	
Joelma Alves Rodrigues Márcia Cristiane Ferreira Mendes Graça Maria de Moraes Aguiar e Silva Anaísa Alves de Moura	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80821080925	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	317

O DESAFIO DO ENSINO REMOTO E A SUA RELAÇÃO COM A INTERDISCIPLINARIDADE

Data de aceite: 02/08/2021

Tatiana de Medeiros Santos

UNINASSAU-JP; Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP, João Pessoa, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4690809269646197>

Ascenilma Alencar Cardoso Marinho

Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP, João Pessoa, PB, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2635784388259789>

Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley

Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP, João Pessoa, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9467839002985701>

Francineide Rodrigues Passos Rocha

Prefeitura Municipal de Santa Rita/PMSR, Santa Rita, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0732825235480999>

Fabiana de Medeiros Santos

Prefeitura Municipal de João Pessoa/PMJP, João Pessoa, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0726893036091934>

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “O desafio do ensino remoto e a sua relação com a interdisciplinaridade” tem como objetivo compreender como o ensino remoto pode contribuir no processo de aprendizagem do aluno do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. O interesse pessoal em relação a esse tema, do

Ensino Remoto partiu de uma das autoras, deste artigo, que trabalha, no Ensino Superior, com tecnologias e que se interessa, em especial, pelo ensino remoto. A mesma, também trabalha em uma escola do município, e devido a pandemia mostrou-se interessada pela temática que envolve o ensinar de forma remota, em tempos de Pandemia. Por esse motivo, resolveu reunir as autoras deste artigo, para discutir mais sobre essa problemática na área do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Dessa forma, a problemática desta pesquisa segue em torno de compreender como pode acontecer o ensino remoto em escolas públicas e contribuir com o processo de ensino e a aprendizagem.

Portanto, este artigo justifica-se com base no cenário atual, pela necessidade de saber como ocorreu o processo inicial e como está ocorrendo as aulas no ensino remoto, por motivo do isolamento da Pandemia do Coronavírus, com o anseio de conhecer os impactos positivos e negativos mediante o ensino remoto.

A relevância da concepção deste texto, ocorre pela alternativa de unir ensino remoto e interdisciplinaridade buscando responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento, na busca por evitar o atraso escolar e atrair a atenção dos alunos de uma forma dinâmica e interativa.

Por fim, mostramos os resultados e

as considerações finais sobre a pesquisa realizada, na qual buscamos compreender como ocorre o ensino remoto em três escolas públicas, nas quais vimos dificuldades e possibilidades. E como tudo isso foi possível para garantir que a proposta de ensino remoto venha abranger não apenas contatos, por meio dos recursos tecnológicos, mas estratégias de Educação em prol do processo de ensino e aprendizagem.

2 | METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um estudo pautado na abordagem, teórico-metodológica bibliográfica, qualitativa e descritiva que envolve os estudos e análises da temática pesquisada. Quanto à pesquisa de campo, a mesma foi desenvolvida pelo estudo de caso da realidade escolar, objeto de investigação, aplicação de questionário aberto, utilizando a ferramenta do *Google forms*, modo que encontramos para realizar a entrevista e respeitar o distanciamento social. Deste modo, envolvem os estudos e análises da temática pesquisada. Para tanto, foram utilizados alguns conceitos e pensamentos de autores que contribuíram para a reflexão sobre o tema em foco, dentre eles podemos citar: Demo (2021), Luck (1994), Fazenda (2008), Moran (2000), entre outros, os quais abordam assuntos ligados ao ensino remoto e interdisciplinaridade.

Desse modo, foram entrevistadas: uma gestora e uma especialista, que trabalham na rede municipal de ensino de João Pessoa e uma segunda especialista que trabalha na rede municipal de Santa Rita no Estado da Paraíba. Todas trabalham com educação remota, em tempos de pandemia da Covid-19. Foi decidido manter o anonimato das entrevistadas, caracterizando-as como entrevistadas 1, 2, e 3.

No ato da entrevista, as depoentes autorizaram a publicação das mesmas para esta pesquisa. Responderam oito perguntas abertas, das quais 3 tinham como objetivo traçar o perfil do entrevistado e 5 questões tinham como foco identificar a reorganização curricular adotada nas escolas em análise, de forma a considerar as suas características, aspectos e relevância durante o ensino remoto e as ferramentas e os instrumentos tecnológicos utilizados. As perguntas foram organizadas de forma a acolher uma coleta de informações que favorecesse ao contorno dos objetivos iniciais da pesquisa. O que possibilitou as análises a seguir, que em suma, fazem a reflexão acerca das probabilidades de práticas pedagógicas, e métodos de ensino, que permitiram aos professores e os alunos alcançarem caminhos para aprendizagem.

Esta pesquisa é caracterizada por uma abordagem qualitativa e o seu principal instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas semiabertas e abertas, organizado de forma a coletar qualitativamente as informações, onde os pesquisados apresentaram de forma objetiva suas impressões. A partir disso, o processamento e análise dos dados aconteceu por meio de opção e ponderação para esta finalidade, acatando os

requisitos que viabilizam a análise e reflexão dos resultados de uma pesquisa.

3 | A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO REMOTO

A interdisciplinaridade chegou ao Brasil em meados dos anos 60, mas esse foi um assunto pouco discutido, acabou por não ter muita repercussão nas escolas. Sendo assim a interdisciplinaridade foi vista, muito mais como modismo. (LUCK, 1994)

Na década de 1970, essa repercussão muda, pois teve “[...] influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, nº 5.692/71, propondo a superação da fragmentação do ensino”. (LIMA, 2021, p.74). Foi com a inserção na citada lei, que esse assunto volta com tudo para adentrar em sala de aula, por meio de autores, tais como Hilton Japiassu, por meio da obra Interdisciplinaridade e Patologia do Saber (1976) e de outros autores, tais como Ivani Catarina Arantes Fazenda e Edgar Morin, que auxiliaram na difusão da temática.

Com a institucionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a temática da interdisciplinaridade ganha visibilidade, no tocante as discussões quem envolvem a prática docente. Bovo (2004), explica que, embora a interdisciplinaridade encontre-se nas escolas, ainda há barreiras para suas práticas, a exemplo da cultura escolar que está presente em grande parte das instituições de ensino. Como uma forma otimização do processo de ensino, existem barreiras diversas que impedem em muitos casos que a mesma funcione de forma correta, como por exemplo, a cultura escolar que está presente em grande parte das instituições de ensino

Segundo Fazenda (2008, p.17) devemos evitar entender a prática da interdisciplinaridade como apenas junção de disciplinas, não cabendo “[...] pensar no currículo apenas na formatação de sua grade, porém se definirmos interdisciplinaridade como atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, cabe pensar aspectos que envolvem a cultura do lugar,”. Desta forma, deve acontecer em diversos sentidos e o docente deve estar aberto para novos conhecimentos, a exemplo de evoluir e repensar as aulas. O currículo exige que devemos formar sujeitos na sua complexidade, e vai além de reformar o pensar, envolve rever práticas de instituições que dizem trabalhar a interdisciplinaridade sem compreendê-las, passando a exigir dos professores mais do que técnicas tradicionais fragmentadas.

Ao trabalhar com a interdisciplinaridade devemos associá-la ao fazer pedagógico e entender que, refere-se ao ser do sujeito e sua realidade. Isso é algo que faz com que o ato pedagógico se modifique mediante a sua necessidade, proporcionando transformações no contexto educativo, mas isso exige dedicação para enfrentar até mesmo o sistema educacional em que se trabalha, pois há casos que ainda não aceitam a postura inovadora, gerando assim conflitos acreditando que não leva a uma aprendizagem significativa.

Desse modo, o professor ao incluir em suas práticas educativas o trabalho de interdisciplinaridade, permitirá que haja melhorias referente ao processo de aprendizagem e na formação de um cidadão, tornando mais crítico e reflexivo. Trabalhar assim, é diferente, pois trata-se de um fazer pedagógico, que deve entender esse ensinar, e o aprender de forma que, o conhecimento possa lançar a proposta de formar cidadãos mais críticos e reflexivos.

Estamos em tempos de Pandemia, é certo que há uma lacuna entre formação do professor e seu preparo para usar recursos associados às tecnologias digitais. Isso tem sido uma realidade nas escolas, pois ainda é preciso compreender que há a necessidade de se criar modelos pedagógicos inovadores que incorporem as possibilidades de interação no ciberespaço, que venham somar, na diminuição entre o distanciamento da escola com realidade do estudante. Nesse contexto, é preciso formar profissionais qualificados para trabalhar com o processo de organizar situações referentes à aprendizagem. Acreditamos que essa preocupação deve se expandir nos cursos voltados para a formação continuada de docentes do maternal até a universidade. A esse respeito, Demo (1996, p.86) enfatiza que “[...] havendo professores adequados, será mais fácil introduzir outras inovações que levem à educação de qualidade”.

Nesse sentido, na atualidade há uma corrida de professores que estão buscando atualizar-se com essa nova forma de ensinar por meio das tecnologias. Por outro lado, atualizar-se é também se reinventar nos modos de ensinar, mas infelizmente ainda há professores que resistem ao uso das tecnologias e optam por permanecer com seus métodos de ensino tradicionais, não repensando-os. (LIMA, ANDRADE E DAMASCENO, 2021).

Face a esse processo de transformação, vale salientar que, atuar por meio das tecnologias, não é uma discussão recente, é uma defesa da LDB (1996) e em 2014, foi também vale lembrar que foram criadas as Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel, havendo assim, a defesa nesta última, que os aparelhos móveis, devem estar presentes em todos os lugares, principalmente o celular, utilizado por todas as pessoas para acessar e compartilhar informações, seja usado por professores e alunos, dentro e fora de sala, para facilitar a aprendizagem de maneira prática e inovadora. Essa é uma problemática nacional de todas as escolas públicas e privadas da educação básica. Por isso, essa pesquisa torna-se relevante e pode trazer impactos inovadores que instigam discussões, mesas redondas e conseqüentemente reflexos na postura tradicional ainda muito arraigada no sistema educacional. Os discentes pedem por aulas mais dinâmicas e a equipe docente diverge suas opiniões sobre o uso das ferramentas tecnológicas e o ensino remoto baseados em “achismos”.

Logo, sobre essa atitude alusiva a interdisciplinaridade na postura profissional, compreendemos que, não é só responsabilidade do professor essa questão de mudança de

paradigma, e sim das instituições, que também devem estar abertas para essa ruptura de paradigmas o que acaba sendo mais um obstáculo a ser superado. É preciso compreender que, os sistemas são geridos por pessoas e, certamente, são originados por uma constituição disciplinar engessada sobre o que é permitido e não permitido, trabalhando cada um nas limitações de seu espaço.

Mediante esta realidade, em que vivíamos há aproximadamente um ano atrás, foi primordial investir na formação de professores e ter claro que o professor é um facilitador, que ao planejar suas aulas deve estimular a curiosidade, a criticidade, o interesse pela aprendizagem. Deve-se entender que o professor também é o motivador de seus alunos e que isso deve acontecer por meio das tecnologias da informação e comunicação dos alunos, buscando sempre a construção do conhecimento. Desse modo, no Brasil, foi instituído o Ensino Remoto Emergencial. É preciso explicar aqui que Ensino Remoto, não é a mesma coisa da modalidade de Educação a Distância (EAD). Esta é uma medida usada em situações e momentos inesperados, a exemplo em casos de pandemia. Conforme podemos ver no art. 2 da resolução do Conselho Superior de Ensino:

Art. 2º [...] §1º Entende-se por Ensino Remoto Emergencial – ERE o regime de ensino adotado temporariamente para desenvolver as atividades acadêmicas curriculares com mediação pedagógica por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e complementares, possibilitando a interação Discente-Docente-conhecimento. (RESOLUÇÃO 05/2020/COSUEN/UNILA).

Sendo assim, o Ensino Remoto Emergencial vem sendo realizado nas escolas, como meio de auxiliar professores e alunos a retomar as atividades acadêmicas, em casos emergenciais. Por isso, foi criado um documento que dispõe sobre a alteração das aulas presenciais, por aulas em meios remoto, sendo este o Decreto de nº 10.282, de 20 de março de 2020, D.O.U 20/03/2020, Categoria: Especial Coronavírus Subcategoria: Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (BRASIL 2020).

Portanto, de acordo com Moran (2000, p.32) sobre tecnologias e aprendizagem, explica que “[...] uma parte importante da aprendizagem acontece quando conseguimos integrar todas as tecnologias, as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, corporais”. Deste modo, para isso acontecer, é preciso que os envolvidos na construção do conhecimento, inclusive os alunos, passem por uma transformação em relação as novas tecnologias utilizadas por meio do uso da Internet.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A preocupação inicial da escrita deste artigo foi sobre o fazer pedagógico, em meio as aulas remotas, sendo percebido que poderíamos falar sob diversos aspectos na

temática de forma interdisciplinar, com o objetivo de identificar como ocorreu o processo de transição do ensino presencial para o ensino remoto. Sendo assim, apresentamos as entrevistadas:

A “Entrevistada 1”, respondeu ao questionário em 01/04/ 2021. É gestora de uma escola pública de João Pessoa/PB, graduada em Pedagogia e tem Licenciatura de Orientador Educacional, cursada na Universidade Federal da Paraíba. Possui Pós-Graduação em Psicopedagogia e atua na área da Educação desde 1990.

A “entrevistada 2”, teve sua entrevista concedida em 31/03/2021. Também atua em uma escola pública de João Pessoa/PB. É graduada em Pedagogia. Concluiu o Mestrado em Linguística e possui uma segunda graduação em Direito. Atua há 30 anos na área de Educação, sendo 8 anos como professora, destes 3 anos na Educação Infantil e 5 no Ensino Fundamental-Anos Iniciais. Há 22 anos atua como supervisora educacional, 10 na rede privada e 12 na rede pública. Também já atuou no Ensino Superior na UNINASSAU/ João Pessoa.

A entrevistada 3”, concedeu sua entrevista em 31/03/2021. Atua na cidade de Santa Rita/PB. É graduada em pedagogia, com Pós-Graduação em Psicopedagogia e Mestrado em Educação. Essa profissional da educação já atuou como professora da Educação Básica ao Ensino Superior. Lecionou como professora da Educação Básica há 17 anos, na Educação Superior tem nove anos de atuação. Atualmente trabalha como Orientadora Educacional, com tempo de exercício na profissão de nove anos.

Ao dar início às entrevistas realizadas e nossas análises, temos como a primeira pergunta: Como foi o processo de inserção do ensino remoto na escola em que você trabalha?

Entrevistada 1: No ano de 2020 com o surgimento do Covid-19 num cenário de Pandemia Mundial, emerge o ensino remoto, e o uso das tecnologias móveis, algo desafiador. Os professores tinham que se reinventar de forma súbita, diante do novo cenário, o “novo normal”. Aconteceram várias reuniões com a equipe da SEDEC, e os gestores pedagógicos e administrativos. As nossas reuniões online com toda equipe da escola, acontecia de forma sistemática visando assim, construir de forma gradativa um novo formato de escola, não mais pisar no chão da escola, mas chegar até as casas dos nossos alunos. Por fim, iniciamos as aulas com a formação dos grupos por segmentos dos professores (as) com os pais “sala de aula on-line” através do aplicativo do *WhatsApp*.

Entrevistada 2: Foi desafiador, em virtude de muitos professores, especialistas, gestores e funcionários apresentarem limitações, tanto em relação às habilidades tecnológicas, quanto ao acesso em casa de recursos tecnológicos que oportunizassem o trabalho on-line. Mesmo com as dificuldades foram criados grupos de *WhatsApp* e os professores fizeram a inserção dos alunos.

Entrevistada 3: Foi dada uma formação básica on-line para os professores,

a fim de ajudar a como trabalhar com as ferramentas do Google, em especial do Gmail/Drive. Os professores foram orientados a comprar um chip de celular para ministrarem as aulas pelo aplicativo do *WhatsApp*. Entretanto, os professores criaram as turmas com a ajuda da secretaria escolar, que tinha acesso aos números dos telefones dos alunos, ou familiares. Aqueles alunos que não dispunham de Internet, ou as ferramentas digitais como celular, computadores ficaram com o compromisso de pegar as atividades aplicadas, impressas na escola.

De acordo com as respostas das entrevistadas, podemos identificar duas variáveis nos relatos: O primeiro que os profissionais que atuam tanto em João Pessoa, como em Santa Rita, não estavam preparados para atuarem com os recursos tecnológicos em suas práticas docentes. Fazendo-se necessário formações pontuais, para que fossem iniciadas as aulas remotas. O segundo ponto percebido é que muitos profissionais da educação não dispunham de recursos tecnológicos para realizarem suas aulas. Desse modo, entendemos que ao mesmo tempo em que havia limitação de tecnologias para os professores, também havia a limitação de saber trabalhar com as mesmas, para poder se pensar em dar acesso aos alunos às aulas de forma remota. Isso foi desafiador, pois ia de encontro com a falta de tecnologias e conhecimentos de ferramentas tecnológicas que precisava-se garantir e colocar em prática o direito à Educação, preconizado pela Constituição da República Federativa do Brasil, que no Art.205, defende: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988)

Pelo descrito, percebe-se que essa nova prática, foi um desafio para todos que fazem parte da escola, principalmente em relação aos docentes, haja vista, em que muitos não tinham um aparelho com tecnologias mínimas, para trabalhar sequer com o *WhatsApp* e *Internet* adequada, algo que também se estendeu a ter que estruturar suas residências para se submeterem a aulas remotas. Dessa forma, as orientações contidas pelos documentos oficiais do Conselho Nacional de Educação no tocante ao ensino remoto direcionava os profissionais da educação a trabalharem de forma *on-line* e para os alunos, que por algum motivo, não conseguissem acesso *on-line*, seriam disponibilizadas atividades impressas.

Vivenciamos um lapso temporal de incertezas no período de março a agosto do ano de 2020, quando o Conselho Nacional de Educação Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Dando continuidade, na entrevista perguntamos: Os professores enfrentaram o desafio de ensino remoto de forma tranquila? As entrevistadas responderam:

Entrevistada 1: Considero de forma tranquila, apesar dos desafios impostos de forma súbita, uma vez que não houve recusa dos profissionais, e sim um desejo de superação. As dificuldades foram sendo vencidas no dia a dia com a ajuda mútua entre a equipe como um todo, e na troca constante de experiências se reinventaram.

Entrevistada 2: Não, tivemos muitos conflitos. Foi um trabalho de conquista e motivação. E continua sendo. Pois a quebra de paradigmas é algo que demanda empatia e perseverança. Na nossa unidade de ensino tivemos resistência de um grupo pequeno de docentes que não aceitavam utilizar seus celulares pessoais, outros docentes sentiram medo por não estarem familiarizados com os recursos tecnológicos. Entretanto, pouco a pouco todos se engajaram e buscaram fazer o seu melhor. Mesmo diante de tantas incertezas e dificuldades.

Entrevistada 3: Não. Muitos reclamavam da falta de estrutura dada aos professores e aos alunos.

Por serem analisados três contextos escolares distintos percebemos relatos também distintos. Na fala da entrevistada 1, podemos identificar que o desafio da implantação do ensino remoto aconteceu de forma mais tranquila. Acreditamos, que isso se deu pelo fato dos profissionais da instituição não terem se recusado a realizar as aulas *on-line* e atender os alunos de forma remota, mesmo utilizando recursos próprios, devido ao que a entrevistada 1 relatou. Na escola, em que trabalha, já havia uma discussão e produção de um artigo, por parte da gestora e uma professora que ensinava matemática na escola, utilizando tecnologias móveis e o uso de *WhatsApp* intitulado: O uso do celular em sala de aula: uma experiência com o ensino de matemática. (SOUZA, RAMOS & WANDERLEY, 2018). Já nos casos específicos das entrevistadas 2 e 3, são identificadas recusas e a não aceitação dos docentes pela falta de estrutura do sistema educacional que dificultava tanto o trabalho docente quanto o acesso discente ao novo modelo de educação. Fato, que nos dá a entender que possivelmente a tranquilidade com que se deu o uso das tecnologias, na escola da entrevistada 1, ocorreu pela abertura que a gestão já proporcionava para o uso de tecnologias em sala de aula.

A partir das respostas, foi perceptível que o ponto crucial que impactou o trabalho das escolas, foi a falta de estrutura para o trabalho dos docentes e demais profissionais que atuam nas escolas da rede pública de ensino municipal, tanto de João Pessoa, quanto de Santa Rita.

Sobre as questões dificuldades e facilidades para implantar o ensino remoto, as entrevistadas responderam:

Entrevistada 1: Nosso maior desafio foi o acesso dos alunos a internet, observando-se que os alunos realizam as atividades a noite quando os pais e/ou responsáveis chegam do trabalho, e outros alunos sem nenhum acesso à *Internet*. Para expandir o acesso das atividades remotas para todos os alunos, as atividades são impressas, e os seus responsáveis pegam na escola. Muitos devolvem na escola, outros enviam a foto da atividade realizada para o(a)

professor(a).

Entrevistada 2: As principais dificuldades foram: Domínio das tecnologias, por parte de uma parcela da comunidade escolar; Falta de acesso da maioria dos alunos aos recursos tecnológicos e *Internet*, além dos aspectos socioeconômicos e psicológicos, dentre os quais podemos citar: limitações dos discentes nas habilidades de leitura e autogestão de estudos; falha na parceria família e escola; limitação no apoio institucional no tocante a sistematização do trabalho docente frente aos desafios do ensino remoto. O trabalho coletivo colaborativo entre educadores, instituições públicas, ONGs e vídeos instrucionais e tutoriais nos canais de *Youtube* contribuíram para o enfrentamento e aprimoramento do trabalho educacional no ensino remoto.

Entrevistada 3: As dificuldades foram de duas esferas, que se complementam. A primeira resulta da falta de recursos, como as ferramentas digitais e *Internet*. A segunda, foi a falta de interesse dos alunos e até mesmo de adaptação ao ensino remoto. Essa adaptação foi também por conta dos professores, que em pouco tempo tiveram que aprender a lecionar remotamente. Isso tudo em meio a uma pandemia, com efeitos nocivos no emocional, social e econômico.

Sem dúvida a maior dificuldade para implantação do ensino remoto foi o acesso dos educandos às tecnologias e à *Internet*. As discrepâncias sociais foram totalmente ampliadas no contexto de pandemia que enfrentamos e também foi um desafio, pois os alunos das escolas pesquisadas, que são da rede pública de dois municípios, não dispunham das condições básicas para o ensino remoto, dentre as quais: aparelhos celulares ou computador e são raros os alunos que dispõe de acesso à *Internet*. A falta de adultos (alfabetizados) presentes nas residências para o acompanhamento e realização das atividades enviadas pelos docentes.

Quanto às facilidades, são destacadas o compromisso dos educadores, a busca pela formação individual e coletiva, a parceria de algumas famílias e o trabalho coletivo. Os documentos oficiais que mesmo tardios puderam subsidiar os profissionais de educação na efetivação de suas atribuições diante do novo contexto educacional.

Na sequência, questionamos as entrevistadas: Os professores estão abertos para trabalhar por meio da metodologia do ensino remoto?

Entrevistada 1: Estão sim, abertos e dispostos a realizarem um trabalho de forma remota, ainda que seja um trabalho exaustivo, têm buscado sempre fazer o melhor. Há o desejo, a superação e o esperar no trabalho em equipe.

Entrevistada 2: Sim, porém se faz necessário maior apoio no aspecto de formação dos docentes e também de suporte tecnológico. Muitos trabalham com o seu aparelho celular. Situação que limita sua atuação frente às possibilidades tecnológicas.

Entrevistada 3: Sim e não. Sim, a grande maioria tem interesse em aprender para ensinar. E não, por que vou justificar pela falta de habilidade e de crédito no modelo de ensino.

Quanto ao questionamento, as entrevistadas foram unânimes, os professores em sua maioria estão abertos a trabalharem com o ensino remoto, muitos reconhecem que no momento atual é necessário. Mas, também é ponto comum na visão de todos, que se faz necessário investimentos que subsidiem o docente tanto nos recursos quanto nas habilidades e aplicabilidade dessa nova proposta de ensino.

Temos nas unidades de ensino um quadro heterogêneo de profissionais, e não falamos aqui apenas no aspecto cronológico que é uma das dificuldades da implantação do ensino remoto. Conhecidos como Geração X, são os indivíduos nascidos no período compreendido entre 1960 e 1980, desses muitos apresentam práticas pedagógicas que não atendem às demandas atuais e alguns são resistentes às mudanças. Entretanto, também temos grupos expressivos de professores dessa geração, abertos ao novo e dispostos a enfrentar desafios. Mas mesmo esses profissionais precisam de condições adequadas, recursos e capacitação para poderem atuar em conformidade com as novas exigências para atenderem as demandas. De acordo com Garcia, et al (2020, p.05):

Ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância, embora esteja diretamente relacionado ao uso de tecnologia e, nesse caso, digital. O ensino remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins, que não sejam estritamente os educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução de práticas inovadoras. A variabilidade dos recursos e das estratégias bem como das práticas é definida a partir da familiaridade e da habilidade do professor em adotar tais recursos.

Como já mencionamos antes, a quebra de paradigmas demanda um trabalho árduo por parte de gestores e especialistas, na conquista das equipes de docentes para desafios. Sem esquecer que, na escola precisamos desenvolver um trabalho junto a nossos alunos, de acordo com a legislação vigente, principalmente LDB, nº9.394/96 (1996) e BNCC (BRASIL, 2019). Haja vista em que, trabalhar de forma interdisciplinar na educação tem como objetivo mostrar ao aluno um conhecimento globalizado. Essa metodologia capacita o indivíduo para ter uma nova postura diante do conhecimento adquirido, oportunizando entender os conceitos de forma prática para que mudanças significativas possam acontecer.

Na última questão, perguntamos quais foram as iniciativas de inserir o ensino remoto e formação de professores na escola em que você trabalha?

Entrevistada 1: A iniciativa do ensino remoto seguiu o direcionamento legal da resolução nº001/2020, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação em regime especial, como medidas de prevenção da Pandemia na rede como um todo. Através da escuta de forma democrática entre SEDEC/ Gestores, professores (as) e toda comunidade escolar, fomos inserindo o ensino remoto da nossa escola buscando viabilizar o acesso à educação com equidade.

Entrevistada 2: Orientações e formações com base nos documentos legais emanados pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Municipal de Educação. Orientações e formações individuais e coletivas por ocasião das

reuniões de planejamento coletivo e horário de departamento. Contemplando sistematização do trabalho pedagógico, repasse de experiências exitosas, suporte pedagógico, socialização de recursos e aplicativos, acompanhamento dos planos de aula e observação das aulas. Elaboração coletiva de propostas de atuação e acompanhamento aos discentes. O trabalho e compromisso dos docentes foi o diferencial.

Entrevistada 3: Foram palestras e uma formação continuada para desenvolver atividades através das ferramentas do Google. Isso por parte da SME. Na comunidade escolar o diálogo foi através da ajuda mútua para levar uma educação de qualidade aos alunos.

Diante dos relatos percebe-se que os documentos norteadores do Conselho Nacional de Educação e posteriormente o Conselho Municipal de Educação contribuíram de forma definitiva para subsidiar o trabalho das unidades de ensino no município de João Pessoa. Com base nesses direcionamentos, as unidades de ensino, realizaram um levantamento do contexto social dos alunos para selecionar de forma democrática, junto aos gestores, especialistas e docentes as melhores ações a serem implementadas em suas comunidades escolares.

Pelas trocas entre escolas e a Secretaria de Educação, foi percebido que nem todas as estratégias eram viáveis em todas as unidades de ensino, exatamente pelas peculiaridades de cada contexto. O processo de implantação do ensino remoto aconteceu de forma processual, através de acerto e erros. Primeiro pelas dificuldades já mencionadas e segundo pelo contexto inédito de nunca termos vivenciado uma situação similar. Ao ponto que o tempo passava, o próprio Conselho Nacional e Municipal, iam orientando as gestões escolares. Em alguns momentos acontecia um período de acomodação, mas logo após aparecia uma demanda e novos estudos, novas orientações e práticas eram implantadas. Estamos passando pelo processo de acomodação, sistematização e maturação das experiências vivenciadas do ano letivo de 2020.

Os relatos das entrevistadas discorreram também a importância das formações relacionadas com as tecnologias no âmbito de conhecimento e aplicabilidade, pois o ensino remoto foi um termo utilizado pelo Governo Federal para levar a escola até as pessoas em virtude do contexto pandêmico que enfrentávamos. Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020, contidas na Seção V, das Atividades Pedagógicas Não Presenciais. Nas quais, descrevemos abaixo:

Art. 14. Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.

§ 1º As atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas pelas instituições escolares estão descritas no Parecer CNE/CP nº 5/2020, referente à reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de

atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

§ 2º A realização das atividades pedagógicas não presenciais deve possibilitar a efetivação dos direitos de aprendizagem expressos no desenvolvimento de competências e suas habilidades, previstos na BNCC, nos currículos e nas propostas pedagógicas, passíveis de serem alcançados mediante estas práticas, considerando o replanejamento curricular adotado pelos sistemas de ensino, redes e escolas.

§ 3º As atividades pedagógicas não presenciais podem ocorrer, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada mídia:

I – por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); II – por meio de programas de televisão ou rádio;

III – pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus pais ou responsáveis; e

IV – pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

A orientação contida nos possibilitou adoção de diferentes estratégias que pudessem fazer chegar aos nossos alunos as atividades escolares. No tocante a formação dos docentes para efetivação do ensino remoto, podemos perceber que as unidades escolares utilizaram sua estrutura pedagógica realizando formação nos momentos de planejamento coletivo, nos horários de departamentos e via contato individual por telefone com professores e especialistas.

Mediante as entrevistas entendeu-se que visando atender todos os alunos nas suas dificuldades e garantir a proposta de ensino remoto que abrange não apenas contatos por meio dos recursos tecnológicos, mas também estratégias de Educação a distância. As unidades de ensino promoveram também a entrega de atividades impressas.

É neste momento que embora não tenha sido citado nas respostas, surgem novos questionamentos que não serão respondidos aqui, mas serve de reflexão para futuras pesquisas. O que fizeram as redes de apoio nesse período como: Conselhos Tutelares, Curadoria da Infância e da Juventude, Ministério Público e Secretarias de Educação Municipais e Ministério da Educação? Quais foram as medidas tomadas para subsidiar o trabalho dos educadores brasileiros? Uma vez em que, analisando essa realidade, após um ano de pandemia, perdemos muitos colegas no exercício da função, quando os meios midiáticos vendiam uma imagem de que éramos heróis. Heróis que atravessam longas distâncias, agora virtuais, para entregarem as atividades aos alunos, transformando suas residências em estúdios para gravar aulas e retirar do pouco que tinham para atender os alunos que menos dispunham.

É preciso repensar o papel de cada instituição no direito de garantir acesso e permanência dos alunos nas escolas e repensar essa atuação do professor, pois sua

prática, passou a exigir mais dedicação dos profissionais da educação e isso acabou em alguns casos aumentando o tempo dedicado ao seu trabalho, numa tentativa de melhor atender seus alunos e ainda tem os que possui mais de um vínculo.

Enfim, são inúmeras questões que ainda não foram repensadas para casos de Ensino Remoto. Deste modo, acreditamos que é urgente promover essas discussões em trabalhos futuros e deixamos estes questionamentos para serem realizadas novas pesquisas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Problemática do artigo seguiu em torno das possibilidades que o ensino remoto e a interdisciplinaridade podem melhorar o ensino e a aprendizagem. Nessa linha de entendimento e segundo Thiesen (2021, p.546), dadas a natureza e a especificidade deste artigo, seguimos como principal ponto de reflexão tendo a interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender na escolarização formal, buscando a articulação entre as abordagens pedagógica e epistemológica, com seus avanços, limitações, conflitos e consensos.

Vimos que a interdisciplinaridade surge como um movimento de articulação muito importante mediante o processo de ensinar e o aprender, aprimorando e auxiliando os docentes redefinindo o fazer pedagógico; de currículos e métodos referentes às formas de organização voltadas para a aprendizagem, na construção do saber partindo de várias áreas do conhecimento. Deste modo, foi perceptível, compreender no decorrer dessa pesquisa que o ensino remoto em tempos de pandemia trouxe desafios e possibilidades para a educação brasileira, quebrando paradigmas e impulsionando transformações no pensar e no agir humanos, que rompe o pensamento hierárquico fragmentado que se herdou ao longo do tempo.

Dentre as possibilidades que o ensino remoto nos trouxe: formações com foco nas ferramentas tecnológicas para a nossa prática pedagógica, a aproximação entre família e escola, são desafios complexos e mútuos, outro ponto relevante foi a comunicação em tempo real permeando todos os segmentos da escola e Secretarias de Educação. Dessa forma, evidenciando a interação entre os pares nos seus diversos segmentos, mesmo em distanciamento social. Para tanto, a escola precisa acompanhar o ritmo das mudanças que se operam em todos os segmentos da sociedade. O mundo está cada vez mais conectado e globalizado.

Deste modo, concluímos que, junto com a pandemia, veio a necessidade de acontecer aulas remotas, e algo que inicialmente parecia impossível, foi possível por meio do uso das tecnologias por meio da *Internet*. Algo muito desafiador nas 3 escolas, mas houveram também as possibilidades para que ela acontecesse, e que logo que surgiu a necessidade, buscou-se pela formação individual e coletiva, a parceria com as famílias,

e tornou-se fundamental o trabalho coletivo, a interdisciplinaridade, os meios e recursos tecnológicos que vieram para subsidiar os profissionais de educação na efetivação de suas funções, mostrando que o docente está aberto para novas aprendizagem, para que suas práticas aconteçam, e foram colaborativos em fazer sua parte com os recursos disponíveis, nas novas habilidades e aplicabilidades dessa nova proposta de ensino em prol da aprendizagem de seus alunos.

REFERENCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental**. Lei nº 9394/96. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

_____. **CNE. Resolução CNE/ CP N° 2**, de 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 abril. 2021.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2019. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

_____. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em 12 de abril de 2021.

_____. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm . Data do acesso: 25/05/2021.

_____. **Decreto de nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm . Data do acesso: 25/05/2021.

BOVO, Marcos Clair. **Interdisciplinaridade e Transversalidade como Dimensões da Ação Pedagógica**. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/007/07bovo.htm>. Acesso em: 21/04/2021.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas: Papirus, 1996.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes Fazenda. **INTERDISCIPLINARIDADE: Didática e Prática de Ensino**. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/22623-58176-1-SM.pdf>. Acesso em: 21/04/2021.

GARCIA T.C.M, Morais IRD, Zaros LG, Rêgo MCFD. **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas [monografia]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29767/1/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_proposta_de_design_organizacao_aulas.pdf. Acesso em: 28 de nov.2020.

LIMA, Jeane de Oliveira; ANDRADE, Maria Nascimento de; DAMASCENO, Rogério José de Almeida. **A Resistência do professor diante das novas tecnologias**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-resistencia-professor-diante-das-novas-tecnologias.htm>. Acesso em: 22/04/2021.

LIMA, Kátia de Oliveira. **A teoria e a prática interdisciplinar no cotidiano profissional do**

pedagogo. Disponível em: [file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/29790-79550-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/29790-79550-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 21/04/2021.

LUCK, Heloisa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teóricos Metodológicos.** 11° ed. RJ: Vozes, 1994.

MORAN, J.M; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M.A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papyrus, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.

SOUZA, Cindoal Moraes de.; RAMOS, Syana Monteiro de A,; WANDERLEY, Maria do Socorro Crispim Araújo F. **O uso do celular em sala de aula:** uma experiência com o ensino de Matemática. In: Encontro de Psicologia educacional, II., (2018), João Pessoa, Anais... Editora: Universitária. João Pessoa, 2018, p. 19.

THIESEN, Juarez da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino - aprendizagem.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>. Acesso em: 22/04/2021.

SAEDIGITAL. Disponível em: <https://Saedigital/metodologias-ativas-no-ensino-remoto.>> Acesso em 12 de abril de 2021.

Blog Lyceum. Disponível em: <http://www.Blog.lyceum.com.br/interdisciplinaridade-educacao>. Acesso em 08 de abril de 2021.

Centro de Inovação para Educação Brasileira. Disponível em: <http://www.Cieb.net.br/ensino-remoto-2021>. Acesso em 10 de abril de 2021.



Educação e interdisciplinaridade:

Teoria e prática

conhecimento
experiencia
professores
reflexão
educação
impacto
crítica
ensino
prática
sentimentos
emoções
alunos
teoria
transformação
dificuldades
ver
aprender
compartilhar
realidade
crescimento
mudar o mundo
aprendizagem
contexto educacional
sentir
agir
agir
teoria
transformação
dificuldades
ver
aprender
compartilhar
realidade
crescimento

Educação e interdisciplinaridade:

Teoria e prática



conhecimento *interdisciplinaridade* *crítica*
experiencia *ensino*

professores *educação* *impacto*

reflexão *prática* *sentimentos*

agir *teoria* *emoções*

sentir *alunos* *transformação*

dificuldades *ver* *aprender*

compartilhar *realidade*

crescimento

mudar o mundo *aprendizagem*
contexto
educacional

Atena
Editora
Ano 2021